

Reunião ORDINÁRIA de 08 | 10 | 2012

Minuta da Acta n.º 20/2012

	Presentes	Faltas	
		Justif.	N Justif.
Presidência	CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS	P	
Vereadores	ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES	P	
	MIGUEL PINTO LUZ	P	
	ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO	P	
	PEDRO ARANTES LOPES MENDONÇA	P	
	ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA	P	
	MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO	P	
	JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO	P	
	NUNO FRANCISCO PITEIRA LOPES	P	
	FREDERICO MANUEL PINHO DE ALMEIDA	P	
	MARIA TERESA PERES DOMINGUEZ R. GAGO	P	

Observações: _____

Hora de Abertura: 9 horas e 23 minutos

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Início 9:33

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA tomou a palavra, começando por saudar e porque não este presente nas duas reuniões de Câmara anteriores, à Sr^a. Vereadora Maria Teresa Gago, fazendo votos que a sua participação nestas reuniões possam contribuir para a melhoria do serviço prestado por esta Câmara aos seus munícipes. Prossequindo a sua intervenção, manifestou a preocupação da CDU pelos aumentos que estão previstos para o próximo ano a nível do IMI e na própria atualização do valor das casas. Ainda por cima quando vai ser retirada a cláusula de salvaguarda que havia sido criada para os aumentos. Se o número de famílias que foram afetadas por não terem capacidade financeira para suportar os aumentos atuais, já era elevado, naturalmente que esse número irá aumentar muito mais com os novos aumentos que se avizinham, tanto mais que não é só este imposto que aumenta, é todo um conjunto de impostos, a somar às outras dificuldades que as pessoas atravessam, com os seus empregos, com a diminuição de ordenados, aumento do custo de vida, etc.. Gostaria de saber qual é a posição da Câmara relativamente a esta matéria, já que conviria a Câmara ponderar este problema muito importante para as receitas da autarquia. Relativamente à lei da reforma das freguesias e à posição defendida pelo Município de Cascais, a CDU concorda com a manutenção das seis freguesias. Defenderam desde o início deste processo essa ideia, até dentro de uma política de proximidade. Continuam a entender que se deu início a este processo pelo fim, não se tendo aproveitado esta oportunidade para fazer uma reforma administrativa em que também se deveriam englobar outras áreas como a Educação, a Saúde, a Justiça, procurando ajustar e fazer coincidir essa reforma com a divisão administrativa dos municípios. Não se percebe quais as vantagens que advêm desta alteração, pois em termos económicos fica tudo praticamente na mesma. Agora fica tudo dependente do que decidir a Comissão Técnica e compreende perfeitamente que não é fácil para esta Câmara Municipal, principalmente na conjuntura atual, obter ganho de causa na manutenção das seis freguesias. Relativamente às Fundações D. Luís I e Paula Rego, concordam com a posição assumida pelo Senhor Presidente da Câmara, já que estas duas fundações cumprem as suas funções. Outra situação que gostaria de abordar tem a ver com a demolição do Hotel Atlântico. É com tristeza que vêm a sua demolição, já que fazia parte do património edificado de Cascais, independentemente de ter uma arquitetura que se goste ou não. Mas tem de se preservar a história e o seu património. Compreende a necessidade de se atualizar, modernizar, reestruturar e adaptar aquele hotel à realidade atual, mas isso não devia impedir que se mantivesse pelo menos a parte exterior do edifício que representa uma época e deveria ficar como referência histórica do turismo no eixo Cascais-Estoril. Por diversas vezes se tem referido à paragem de autocarros de turismo junto ao Hotel Baía e dos condicionamentos que isso cria no trânsito. Ora a verdade é que até agora a situação não foi resolvida. Sobre a greve da Scotturb, finalmente viu-se o descontentamento que se verifica pela má gestão da empresa e que acaba por se refletir na prestação do serviço público de transporte de passageiros e esta greve essencialmente foi na defesa dos próprios utentes dos transportes, pois as condições de segurança para os motoristas e para os próprios utentes é escandalosa e tem vindo a ser denunciada pelos próprios trabalhadores. É o exemplo de uma empresa que não serve para os seus funcionários, nem para o serviço público. Relativamente às manifestações do passado dia 29 de setembro, acabaram por traduzir mais uma vez o descontentamento da população, quanto às políticas que são impostas e pelo agravamento da vida dos portugueses. Não se vê medidas de desenvolvimento e de reestruturação da economia. Esgota-se a capacidade financeira da maioria dos

portugueses. As medidas são sempre dirigidas aos mesmos, saturando-os de impostos e não é só o Partido Comunista que denuncia esta situação.

A SRª. VEREADORA MARIA TERESA GAGO começou por agradecer as palavras do Sr. Vereador Pedro Lopes de Mendonça. Prosseguindo a sua intervenção, lembrou que na anterior reunião de Câmara colocou um conjunto de questões e para as quais não obteve resposta, pelo que voltava a colocá-las: Em 2011 foi criado um Fundo de Solidariedade para com os trabalhadores, no valor de € 2 800 000,00, destinados a apoios sociais. Sabemos que foi efetuada a parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Cascais - que outros protocolos ou parcerias foram implementados ou estão a ser estudados? Sempre foram adquiridos Títulos do Tesouro como consta da proposta aprovada?; 2- Também em 2011 foi aprovado um Plano de Emergência Social com um montante de 1,5 milhões de Euros. Posteriormente foi divulgado na comunicação social o aumento para três milhões de Euros e agora sabemos que é novamente de 1,5 milhões. Quais são os critérios da sua aplicação, qual a verba ainda disponível e quais as evidências do sucesso da medida? Por outro lado, foi enviado um requerimento ao Senhor Presidente da Câmara, via GDCC, ao qual e tanto quanto sabe não terá tido acesso e nesse sentido iria expor a situação nesta reunião e que é o seguinte: "Requer a Vereação do Partido Socialista, por meu intermédio, a prestação das seguintes informações: Relatório sobre a situação e movimentação dos fundos por cartão de crédito, referente aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho e agosto do corrente ano, com a correspondente identificação do utilizador e qual o cálculo dos fundos disponíveis". A par com este requerimento, que pode fazer novamente a entrega formal a seguir a esta reunião de Câmara, fizeram também outro requerimento, que havia sido entregue em 2011, pelo seu colega de vereação Dr. Alípio Magalhães e que também não foi respondido até à data e que reza assim: "Requer a Vereação do Partido Socialista, por meu intermédio, a prestação das seguintes informações: Identificação atualizada a 30 de setembro de 2012, de todas as situações em que os eleitos dos órgãos autárquicos locais -vereação, assembleia municipal e assembleias de freguesia- desempenhem qualquer tipo de função na Câmara em empresas, agências ou fundações municipais; 2º esta informação deverá contemplar todas as contratações, com a identificação dos respetivos sujeitos, regime de contratação, data da admissão e início, local de trabalho da prestação de serviços, origem e destino dos contratados, natureza das funções objeto do contrato e respetivas remunerações ou honorários, comissões principais e acessórias; 3º que a informação seja discriminada por estrutura orgânica, quer relativamente aos gabinetes -Presidência, Vice-Presidência, Vereação e Provedoria Municipal, empresas municipais, empresas participadas e todas as outras estruturas dependentes da Câmara Municipal, nomeadamente fundações, agências e comissões e grupos de trabalho. Também pedimos que a informação esclareça de forma precisa acerca da existência, ou não, de eventuais compensações, tais como veículo, cartão de crédito, senhas de presença, subsídios, etc., para cada uma das situações identificadas".

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA tomou a palavra e respondendo às questões colocadas pelo Sr. Vereador Pedro Lopes de Mendonça, solicitou ao Sr. Vice-Presidente que respondesse sobre a questão da paragem dos autocarros de turismo e daquilo que está a ser preparado, mas de qualquer das formas, corrobora a preocupação do Sr. Vereador e de facto tem de ser encontrada uma solução para deixar os passageiros que nos visitam, e depois para os recolher, sendo que é certo e importante que se continue a ter os autocarros de turismo em Cascais, mas aquilo que está a ser preparado é que a largada dos passageiros seja feita tão próximo quanto possível da baixa de Cascais e depois irem aguardar pelas pessoas fora do perímetro urbano e tinha-se colocado a possibilidade de irem para

perto da antiga praça de touros, e quando chegasse à hora deles virem recolher os passageiros, as viaturas virem para perto do Parque Marechal Carmona, em frente da Casa das Histórias Paula Rego. De qualquer dos modos, a solução nunca será o “melhor dos mundos”, porque o ideal para uns seria deixá-los mesmo cá em baixo, mas para outros o ideal era impedir a circulação dos autocarros na baixa. Ora quer uma situação, quer a outra acarreta os inconvenientes conhecidos, pelo que tem de se procurar uma solução intermédia que minimize todos os inconvenientes e é isso que tem vindo a ser estudado. Em relação ao Hotel Atlântico, reafirmava aquilo que já teve oportunidade de dizer: o novo projeto, da autoria do Arq. João Paciência, tem na sua perspetiva uma boa qualidade arquitetónica; tem a mesma área de implantação; tem a mesma cêrcea, portanto é exatamente no mesmo volume do que estava o Hotel Atlântico e lembrava que este hotel estava completamente decrépito ainda antes de ser vendido, tinha sido fechado pela ASAE e necessitava de obras muito elevadas para poder reabrir. Ainda antes de isso acontecer, estava a funcionar no regime de talonários, que é uma forma de venda com preços baixíssimos e não é claramente esse o tipo de turismo que se pretende para Cascais. Esta solução é de facto manter o hotel e ter nos pisos superiores apartamentos turístico-residenciais, que é uma forma também de captar e desenvolver o turismo mas, acima de tudo, neste caso, é possibilitar que o próprio investimento tenha uma cobertura de risco mais baixa. Ou seja, a própria alienação desses apartamentos permitirá que a parte de exploração hoteleira tenha já outra capacidade financeira. A obra decorre a bom ritmo e nesse sentido não deixará de cumprir o que está programado em termos da sua construção e passar a ter-se a breve trecho uma entrada em Cascais com outro tipo de qualidade. Registava a posição da CDU em relação à Fundação D. Luís I e à Fundação Paula Rego, assim como também da manutenção das seis freguesias, que de resto foi sempre a proposta defendida por esta Câmara. Lembrava a discussão havida com o Sr. Vereador Pedro Lopes de Mendonça, em que ele considerava que esta primeira propositura devia estar à frente da segunda que apresentámos inicialmente e portanto aqui basicamente também foi no sentido do que a CDU propunha. Em relação ao IMI, gostaria de deixar bem claro o seguinte: lembrava aquilo que é o compromisso desta maioria, que já tem um ano, que já não é portanto recente, e para além de ser um compromisso já foi aplicado. Ou seja, há um ano foi apresentado um pacote fiscal, em que se reduziu de imediato o IRS na componente municipal, e lembrava que esta componente municipal decorreu de uma quebra significativa de transferências do Estado no governo anterior a este, em que reduziram essas transferências e disseram aos municípios agora têm aqui uma parte do IRS para poderem funcionar com ele. Reduziu-se igualmente a Derrama para as empresas e anunciou-se que, consoante se comportasse o IMI este ano, ou seja como fosse a evolução da receita proveniente desse imposto, a Câmara estaria em condições de reduzir a taxa no Orçamento para 2013. É nisso que neste momento o Sr. Vereador Nuno Piteira Lopes está a trabalhar com a sua equipa, no sentido de apurar quanto é que será possível reduzir a taxa de IMI para o próximo ano. Não quer com isto dar qualquer desculpa para ainda não ter apresentado as taxas, mas a verdade é que há razões técnicas para ainda não o ter feito. Ou seja, não só não há ainda a possibilidade de ter contabilizado quanto é que o IMI significou este ano, ou seja se teve acréscimo ou decréscimo, porque só no final de setembro é que acabou o prazo para o pagamento da 2ª prestação, há ainda que fazer a avaliação do IMI com a própria evolução do IMT, que como se sabe tem sido negativa face à queda na compra de imóveis, há ainda que desinflacionar uma situação extraordinária que ocorreu no IMI deste ano que foi os 5% que foi cobrado na primeira prestação do IMI em abril, porque à partida não se irá repetir nos próximos anos, e portanto este é o enquadramento de toda esta situação em relação ao passado e ao presente. Em relação àquilo que será a proposta para o

próximo Orçamento Geral de Estado, há que aguardar para ver como é que ela vai ficar plasmada no OGE, porque também não se pode correr o risco de estar a fazer uma grande afetação de redução da taxa e depois haver outros fenómenos legislativos que acabem por ter um impacto muito superior àquele que se possa estar a estimar para a taxa do IMI no Concelho de Cascais. De qualquer das formas, do que está assente e do que foram as orientações dadas à equipa que está a estudar este processo, é neste sentido: em 1º lugar, o Orçamento Municipal não tem de continuar a subir por via de mais imposto do IMI. Isso tem sido aquilo a que o Estado se tem habituado ao longo dos anos, ou seja, vai sempre subindo a receita, sem se preocupar com o controlo da despesa e portanto aqui tem de se bloquear esse crescimento da receita por via do IMI e esse esforço tem de ser feito internamente. Em segundo lugar, ter uma análise diferente para os prédios que já foram objeto de reavaliação, versus aqueles que ainda não foram. O que é que isto significa? Que para os reavaliados a taxa é 0.4 e para os não reavaliados a taxa é de 0.7. Nos não reavaliados, há ainda uma profunda injustiça fiscal, porque os prédios que estão ainda com 0.7 são prédios que têm um valor matricial muito baixo e portanto, a orientação que foi dada foi, em primeiro lugar, não fazer subir as taxas, admitindo que tem de se analisar aqueles que têm ainda uma incidência de 0.7, ou seja os não reavaliados, mas claramente fazer incidir a margem que houver com uma maior intensidade na taxa de 0.4, porque essa de facto é que teve a reavaliação, algumas delas até admite por via do mercado imobiliário ter caído possam até as próprias avaliações estarem acima daquilo que é hoje o valor de mercado, com tudo o que tem de subjetivo, porque para ser um valor de mercado é preciso que houvesse mercado, coisa que neste momento está muito constrangido. Portanto tudo isto está em análise e avaliação, ainda numa perspetiva de mesmo com alguma assunção de risco, a Câmara assumir claramente que pode estar a fazer um esforço maior na redução, pelo menos que acompanhe este período em que as famílias e as empresas estão a ser chamadas a suportar uma carga fiscal maior. Ou seja, se virmos que temos margem, podermos ir um pouco mais abaixo, para depois eventualmente, quando a situação recuperar e a carga fiscal baixar, permitir então aí eventualmente quem estiver na Câmara na altura fazer um aumento. Mas procurar acompanhar, na medida do possível e na intensidade que é possível a um orçamento municipal, e fazer algo que no país está em contraciclo, baixando os impostos e isso é fundamental. Neste momento já temos o IRS mais baixo da Área Metropolitana de Lisboa, já temos a Derrama mais baixa da Área Metropolitana de Lisboa e no IMI claramente não vamos subir do 0.4 para o 0.5, nem vamos subir do 0.7 para 0.8. Isso é claríssimo e estamos a estudar a redução da própria taxa do IMI. O problema que surge é que continua a haver por parte da Administração Fiscal Central um bloqueio completo às informações que seriam absolutamente necessárias para se fazer um melhor apuramento da implicação destas medidas. Ou seja, a Câmara não tem informação por parte da Administração Fiscal Central de como é que se estão a comportar as várias variáveis de classificação dos próprios prédios. Mas esta será a tendência e conjugando com a necessidade legal de reorganização dos serviços, e conjugando com estas questões que estão em dúvida do ponto de vista do Orçamento Geral de Estado, de nós este ano porventura não cumprirmos aquilo que tem sido hábito cumprir nos anos anteriores, que é apresentar o Orçamento tão cedo quanto seja possível e porventura levá-lo um pouco mais além no tempo para se ter o máximo de informação consolidada para poder tomar depois decisões, também consolidadas. Portanto a seu tempo tudo isto virá a reunião de Câmara para análise e tomada de decisão, sendo que estas matérias dos impostos devem reunir o consenso mais alargado possível e não sofrer alterações consoante seja o partido A, B ou C que esteja no poder, mas para isso é importante que todos estejam na posse do máximo de informação possível para depois poder tomar uma decisão. Em

relação às questões colocadas pela Sr^a. Vereadora Maria Teresa Gago, solicitava ao Sr. Vereador Nuno Piteira Lopes que fornecesse os dados relativos ao Fundo de Solidariedade para os trabalhadores. Pode adiantar que não foram comprados Títulos do Tesouro e em relação ao resto, tem vindo a ser realizado um esforço grande no apoio aos trabalhadores, tal como havia sido prometido de fazer a transferência para apoios sociais dentro daquilo que são as limitações da lei, sabendo que estas são muitíssimo grandes, mas relevaria -e já agora gostaria de conhecer a posição do Partido Socialista se é favorável ou desfavorável, porque já tem ouvido vozes políticas no Concelho a manifestarem a sua discordância sobre esta matéria, sobre a política que foi seguida em relação aos refeitórios da Câmara Municipal de Cascais, quer a nível do preço, quer a nível da possibilidade de alargar ao agregado familiar, descendentes e ascendentes que vivam com os colaboradores da Câmara, bem como os reformados, essas mesmas condições que estão a ser dadas nos refeitórios-. Diz isto porque quando se questiona o Fundo Social para os trabalhadores, porventura está-se a questionar tudo. Não se pode questionar só uma das componentes, esta temática tem de ser vista na sua globalidade. Portanto era bom que o Partido Socialista também se pronunciasse, ou que atualizasse a informação, porque pelos vistos houve alteração de posicionamento por parte do Partido Socialista. Mais concretamente e porque não gosta de fugir às questões, gostaria que a Sr^a. Vereadora, que pelos vistos representa agora a orientação política do Partido Socialista, atualizasse essa informação, se estão favoráveis, ou estão desconfortáveis com estas políticas que têm vindo a ser seguidas, não só na questão das refeições, mas também nos apoios sociais, da ativação do CCD, que por sua vez permite fazer também esse tipo de intervenção social. Sobre os requerimentos, que diz que entraram, desconhece, não tem essa informação, mas há um que já foi respondido até à própria Assembleia Municipal que foi "que vereadores com outras funções em empresas, fundações, agregações, etc. auferem remunerações". Quanto a isso pode informar que é zero. Não há. Portanto, essa fica já respondida. Sobre a utilização dos cartões de crédito, o Sr. Vereador Nuno Piteira Lopes dará depois essa informação à Câmara.

A SR^a. VEREADORA MARIA TERESA GAGO disse ter ficado com a ideia que o Sr. Vereador Nuno Piteira Lopes iria dar algumas respostas desde já nesta reunião, mas pelos vistos irá dá-las mais tarde e por escrito, coisa que o Partido Socialista agradece. Em relação aos apoios sociais, evidentemente que o Partido Socialista está de acordo. Mas a questão é mais abrangente. Evidentemente que em termos de apoios aos trabalhadores da Câmara Municipal de Cascais, é um caso muito concreto aqui da Administração Local e a preocupação do PS estende-se para além disto. Ou seja, com o ataque que o Governo está a fazer à classe média. A situação é muito mais complexa. Concordam que os trabalhadores da Câmara careçam de proteção e o executivo está a fazê-lo. Quanto a abrir os refeitórios da Câmara Municipal aos reformados e a outras pessoas, chamava a atenção que neste momento há pessoas que estão em quadros de vulnerabilidade que anteriormente não estavam. Portanto neste momento a noção de carência e de necessidade de auxílio social, generalizou-se para uma fatia substancialmente maior da população e a Câmara também deve estar atenta a essas situações.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA disse concluir que é mesmo necessário dar informação à Sr^a. Vereadora, dado o desconhecimento que revela sobre o que se passa e do que é que se está a falar. Portanto será dada essa informação à Sr^a. Vereadora e diria que a vulnerabilidade neste momento e quando foi aplicada esta medida, já haviam funcionários municipais com problemas e não tem a ver com "ataques" como agora se anda a dizer e que não deixa de ser também algum histerismo a nível nacional que se vive sobre estas matérias, mas esses ditos "ataques" os trabalhadores da Câmara eles

já estavam a sofrer. Inclusivamente havia pessoas a passar fome e é anterior a este Governo. Mas o Sr. Vereador Nuno Piteira Lopes dará essa informação em termos quantitativos e a Sr^a. Vereadora Conceição Cordeiro em termos qualitativos. De qualquer das formas, a orientação é esta: toda a informação deve ser dada com uma reserva: é que tem de SE manter a dignidade na austeridade e da dificuldade e portanto, tudo o que seja informação que possa ferir a dignidade dos trabalhadores desta Câmara, não deverá ser fornecida.

A SR^a. VEREADORA MARIA TERESA GAGO disse não poder deixar de reagir ao que o Senhor Presidente acabou de dizer. No que se refere às perguntas que o Senhor Presidente lhe fez, respondeu-lhe, expressou a preocupação do PS dizendo que a situação é mais ampla, engloba os trabalhadores da Câmara Municipal de Cascais evidentemente, mas é mais ampla. Em relação ao desconhecimento de causa ou não que possa ter destas situações ou destes processos, também já ficou aqui entendido que o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente, dirão sempre que desconhece, não sabe, etc.. Portanto isso é estratégia comum na tentativa de menorização das coisas. Evidentemente se o PS tem dúvidas e pretende informação, perguntará sempre que achar conveniente e fá-lo-á sempre que o entender. Quanto à dignidade na austeridade, lembrava que foi o Partido Socialista que se insurgiu e manifestou a sua perplexidade em relação às informações fiscais que se pretendem obter e avisaram que isso poderia ser complicado. De resto o Senhor Presidente acabou de o dizer a propósito das receitas do IMI e do IMT.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA interrompeu dizendo que a Sr^a. Vereadora acabou de chegar à Câmara, e aconselhava-a a falar com os seus camaradas do partido que são vereadores nesta Câmara; que se informe de facto das coisas, para não dizer aquilo que acabou de dizer, porque depois obrigá-lo-á, necessariamente, a ter de a corrigir e como aquilo que a Sr^a. Vereadora disse é de tal forma desajustado em relação à realidade, depois se calhar acabará por ser um pouco mais duro na forma de responder. Portanto será preferível a Sr^a. Vereadora informar-se junto dos seus camaradas de partido que são vereadores desta Câmara desde o início deste mandato e depois colocará as questões todas que quiser, as dúvidas todas e obviamente as posições políticas que quiser. Mas informe-se porque senão depois torna-se difícil reagir de outro modo que não seja apontar-lhe desconhecimento das situações. Por exemplo nada disto tem rigorosamente a ver com fiscalidade.

A SR^a. VEREADORA MARIA TERESA GAGO disse não saber o que é que não tem nada a ver com fiscalidade, quando se está a falar do IMI, do IMT. Foi a isso que se estava a referir e às informações que o Senhor Presidente diz necessitar ter para melhor consubstanciar as previsões que faz em termos orçamentais e isso tem a ver com fiscalidade. O que estava a dizer é, sobre a dignidade na austeridade, é evidente que o Partido Socialista não precisa de saber particularmente quais é que são os funcionários -porque era deles que se estava a falar- que estão em carência. Evidentemente que toda a dignidade é assegurada. É dignidade na austeridade porque se trata neste momento da dignidade da sobrevivência das pessoas e em relação a isso é evidente que o PS está de acordo e o que diz é que esse alerta seria desnecessário.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA disse que a Sr^a. Vereadora questionou sobre os apoios sociais aos trabalhadores e sobre a utilização do Fundo Social e Emergência. Não falou de IMI, nem de IMT. Se porventura pensa que o Fundo Social de Emergência aos trabalhadores inclui IMI e IMT, não inclui. Sobre as informações e para que não fiquem dúvidas dir-lhe-á o seguinte e por isso é que lhe disse para falar com os seus camaradas de partido: neste momento as pessoas que estão a utilizar o valor da refeição mais baixo do que o valor que está estipulado, que é € 1,80, e que é possível alargar ao almoço e ao jantar e que é possível ainda alargar aos seus ascendentes e descendentes, para além

dos reformados, que foi uma coisa que foi acrescentada, isso é para todos os trabalhadores. O que não quer é que sejam dadas, por exemplo, indicações de trabalhadores por categoria profissional que estão a utilizar os refeitórios, ou que podem levar comida para casa para eles e para os seus familiares. Portanto isto não tem nada a ver com impostos ou fiscalidade. Porque há que manter a dignidade das pessoas. Se calhar, se se for analisar e se a Sr^a. vereadora tiver muito interesse nisso a Sr^a. Vereadora Conceição Cordeiro dar-lhe-á informação fechada e não aberta, porque quando disse que os vereadores lhe vão responder é por informação escrita agendada na reunião de Câmara onde portanto toda a gente pode ter acesso e nessa informação poderá verificar que haverá funcionários nesta Câmara que estão a atravessar dificuldades e por isso é que disse que se tem de manter a dignidade na dificuldade e na austeridade e é nesse sentido que aconselhou a Sr^a. Vereadora a junto dos seus camaradas da vereação PS, juntamente com informação que recolha também junto dos serviços ou da Sr^a. Vereadora Conceição Cordeiro o que é que se passa e tem toda a liberdade para o fazer. Caso contrário fica a ideia que essas questões que coloca são-lhe ditas por alguém que não conhece internamente a Câmara e depois, às tantas, está-se a falar de coisas que não correspondem à realidade e obrigam a respostas mais desagradáveis de ouvir.

A SR^a. VEREADORA ANA CLARA JUSTINO alertou que a utilização do refeitório por si só não permite que se retire desde logo a conclusão que as pessoas estão a passar por dificuldades. Há pessoas que vão buscar refeições para levar para casa porque isso lhes facilita a vida e dá jeito, por uma questão prática, porque vão chegar tarde a casa e não vão ter tempo para preparar as refeições ou por outra razão qualquer. Já por diversas vezes foi ao refeitório e verifica que a sua frequência é muito abrangente, não é só de pessoas que passam por dificuldades. Ao fim e ao cabo só os vereadores é que acabam por não ir ao refeitório, porque para eles o valor das refeições é diferente e não faz muito sentido. Agora a nível dos funcionários essa utilização é de pessoas de várias camadas sociais e em circunstâncias diferentes.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA disse que seja como for a verdade é que os refeitórios têm uma procura grande e o que é certo é que nos vencimentos mais baixos a utilização do refeitório cobre um dos meses que foi retirado aos funcionários o que é significativo.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA referiu que o Fundo de Solidariedade surgiu derivado da crise profunda em que o país caiu e que levou à retirada dos subsídios de natal e de férias aos funcionários e foi atenta a essa situação de dificuldade das pessoas que a Câmara criou esse fundo de apoio aos seus funcionários. É que esta Câmara tem uma agenda local, está preocupada naturalmente com as questões nacionais e é solidária com as situações do ponto de vista nacional, mas a sua preocupação essencialmente é local, são os funcionários da Câmara de Cascais, são os municípios de Cascais. Esta é a nossa agenda. Não temos outra agenda. E como esta é a nossa agenda e não temos outra agenda e esta Câmara é bem gerida do ponto de vista financeiro, foi entendimento do coletivo desta Câmara de alocar as verbas que de alguma forma esta Câmara ia poupar com o não pagamento dos 13^o e 14^o meses aos funcionários. Esta é a essência da forma de fazer política deste executivo. É a preocupação permanente com os nossos colegas que trabalham nesta Câmara, mas também com os que estão lá fora, visto que também temos um fundo de natureza social e o Sr. Vereador Frederico Pinho de Almeida também poderá explicar à Sr^a. Vereadora aquilo que tem vindo a ser feito nesta área de preocupação permanente desta Câmara em termos sociais. A Sr^a. Vereadora falou de sigilo fiscal e de IMI e de IMT. Pessoalmente não é jurista, mas considera que é completamente anacrónico, não faz sentido nenhum, que a Câmara Municipal de Cascais ou qualquer outra câmara deste país que tenha a capacidade de coletar o IMI e o IMT, ou seja, o direito de receber o IMI e o IMT, depois não

possa ter informação ao minuto do que é que está a ser coletado, quais são as avaliações que estão a ser feitas e essa informação que a Sr^a. Vereadora pelos vistos considera poder ser violação do sigilo fiscal, da sua parte considera que a Câmara deve poder ter o direito de ter acesso a ela, até para poder de alguma forma projetar melhor a sua tesouraria e as suas finanças, mas também e acima de tudo porque achamos que temos esse direito, porque se trata de um imposto municipal.

O SR. VEREADOR NUNO PITEIRA LOPES disse que, como foram solicitadas informações do ponto de vista financeiro, importa esclarecer e lembrar que a Câmara Municipal de Cascais todos os meses apresenta as contas relativamente ao mês anterior, ou seja, já no mês de setembro foram apresentadas as contas de agosto, e já foram apresentadas a esta Câmara Municipal e à Assembleia Municipal as contas do 1º semestre de 2012. Contas essas que têm toda a informação que foi solicitada. Porventura não está detalhada e dá trabalho analisar e por isso irá fazer a informação por escrito e não a dará agora nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA interrompeu dizendo que se esses dados estão na prestação de contas mensal e semestral, então não há necessidade de fazer informações adicionais. Já basta todas as inspeções e informações constantes que são pedidas e que se traduzem numa ocupação e perda de tempo muito grande dos serviços. Portanto se o Sr. Vereador Nuno Piteira Lopes confirma que esses dados estão na prestação de contas, então não há que fazer informações adicionais sobre isso se não, a páginas tantas, cada um começa a lembrar-se de pedir informações avulsas sobre tudo e mais alguma coisa e os serviços não podem estar a perder tempo com isso.

A SR^a. VEREADORA MARIA TERESA GAGO referiu que é sobejamente conhecida a forma como o Senhor Presidente e o Sr. Vice-Presidente colocam as intervenções do Partido Socialista. A tática que utilizam é de misturar os assuntos para alegar desconhecimento de causa. Uma coisa são os apoios aos trabalhadores, outra coisa é o Fundo de Emergência Social. Agora a dissociação que os senhores fazem do que é a carga fiscal e do que são os sacrifícios que as pessoas estão a fazer é que é uma coisa absolutamente incrível porque a preocupação é local e parece, como disse o Sr. Vice-Presidente, que o município não está enquadrado a nível nacional. Acham que as famílias de Cascais são completamente diferentes das famílias do resto do país. O Senhor Presidente da Câmara pediu que o Partido Socialista clarificasse a sua posição sobre os apoios sociais e sobre isso pensa que foi clara: Concordam com os apoios que estão a ser dados aos trabalhadores municipais e aos reformados e o PS aprovou essas propostas. Em relação ao CCD, não se alongará em comentários, mas evidentemente que o PS apoia o CCD, tanto assim que o subsídio apresentado na última reunião desta Câmara foi aprovado por unanimidade. Portanto todos os apoios são bem-vindos. Em relação à sensibilidade social, é evidente que todos têm sensibilidade social. A questão fundamental aqui é a diferença de projetos políticos que porventura existirá entre a coligação PSD/CDS e o PS. A gestão autárquica seria diferente, os enfoques são diferentes, mas naturalmente que sensibilidade social todos têm.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA disse não ter nenhuma tática contra o Partido Socialista. O que procurou responder foi em relação àquilo que a Sr^a. Vereadora disse e que não tem nenhuma adesão à realidade e por isso é que lhe recomendou que falasse com os seus colegas vereadores do PS para estar mais informada sobre as matérias. Por outro lado, a Sr^a. Vereadora não lhe respondeu de facto no que é que concorda ou discorda do ponto de vista dos apoios sociais, porque lhe perguntou “alhos” e a Sr^a. Vereadora respondeu “bugalhos”. Portanto ficará a aguardar, depois de se informar e de se esclarecer juntos dos seus colegas de vereação para que então depois possa ter uma resposta para lhe dar sobre essa matéria.

A SR^a. VEREADORA MARIA TERESA GAGO pediu a palavra.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA disse que não lhe dava mais a palavra, porque já foi tudo dito.

O Período de Antes da Ordem do Dia terminou às 10:14

- PONTOS PRÉVIOS:

1. 13ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2012-2015 E 13ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO 2012.

O SR. VEREADOR NUNO PITEIRA LOPES apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Colocada a votação a proposta foi aprovada com 2 abstenções, dos Srs. Vereadores Alípio Magalhães e Maria Teresa Gago do PS.

2. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO SISQUALPONTO.

A SR^a. VEREADORA CONCEIÇÃO CORDEIRO apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

1. ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES:

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO 17/2012, DE 30 JULHO.

Aprovada com 1 abstenção da Sr^a. Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

2. BALANCETE.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DESPACHOS, NOTAS DE SERVIÇO:

3. DESPACHOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

PRESIDÊNCIA:

4. RENÚNCIA AO MANDATO DA SRA. VEREADORA MARIANA RIBEIRO DOS SANTOS RIBEIRO FERREIRA COSTA CABRAL.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DIREÇÃO MUNICIPAL DAS ÁREAS DE SUPORTE:

5. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESENVOLVIMENTO SOBRE BI FINANCEIRO.

A votação da proposta foi adiada.

CONTROLO FINANCEIRO E PROJETOS COMPARTICIPADOS:

6. TARIFÁRIO DE RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS - ATUALIZAÇÃO PARA O ANO DE 2013.

Aprovada por maioria, com 1 voto contra da Sr^a. Vereadora Maria Teresa Gago do PS e 1 abstenção do Sr. Vereador Pedro Lopes de Mendonça da CDU.

GESTÃO PATRIMONIAL:

7. REVOGAÇÃO DA PROPOSTA N.º 1083/2008 (PONTO PRÉVIO H), QUE CONSUBSTANCIOU O PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE TERRENO MUNICIPAL, CELEBRADO, EM 28 DE JANEIRO DE 2009, ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A "FORPRO-FORMAÇÃO PROFISSIONAL, C.R.L." (ENTIDADE TITULAR DA ESCOLA PROFISSIONAL "VAL DO RIO"), PARA CONSTRUÇÃO DE FUTURA ESCOLA PROFISSIONAL.

Aprovada com 1 abstenção da Sr^a. Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

8. CEDÊNCIA A TÍTULO DEFINITIVO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO INFORMÁTICO À ASSOCIAÇÃO SPORT TULIAS DE ALCOITÃO.

Aprovada com 1 abstenção da Sr^a. Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

9. CEDÊNCIA A TÍTULO DEFINITIVO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO DOMINGOS DE RANA.

Aprovada por unanimidade.

10. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 18,00 M2, SITA NA RUA DR. ANTÓNIO DE PÁDUA SANTOS (MÉDICO), MONTE ESTORIL, FREGUESIA DO ESTORIL, COM A DIGAL – DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO, S.A., DESTINADA À INSTALAÇÃO, NO SUBSOLO, DE UM RESERVATÓRIO DE GPL (GASES DE PETRÓLEO LIQUEFEITOS).

Aprovada por unanimidade.

11. REVOGAÇÃO DA PROPOSTA N.º 1/2008 (PONTO 8.1), QUE CONSUBSTANCIOU O PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE TERRENO MUNICIPAL, CELEBRADO, EM 14 DE AGOSTO DE 2008, ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E O "INSTITUTO DE HUMANIDADES E CIÊNCIAS INTELIGENTES", PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE DAS ATIVIDADES DESTE INSTITUTO.

Aprovada com 1 abstenção da Sr^a. Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA:

12. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS DAS ESCOLAS 1º CICLO EB E JARDINS DE INFÂNCIA, PELO PERÍODO DE 10 MESES NO 1º ANO DE VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE 2 RENOVAÇÕES POR PERÍODOS DE 12 MESES - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM LEILÃO ELETRÓNICO - PROC. N.º 462/DCOP/2012 - ADJUDICAÇÃO.

Aprovada com 1 abstenção da Sr^a. Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

13. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA EM REGIME DE MERCADO LIVRE PARA O MUNICÍPIO DE CASCAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES E POSSIBILIDADE DE DUAS RENOVAÇÕES POR IGUAIS PERÍODOS - PROCEDIMENTO AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO LIVRE PARA PORTUGAL CONTINENTAL DA ANCP - NOMEAÇÃO DE JURI.

Aprovada com 1 abstenção da Sr^a. Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

14. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO, REMOÇÃO E DESTRUIÇÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA - ABERTURA DE PROCEDIMENTO.

Aprovada por unanimidade.

15. ESPAÇO COMERCIAL MUNICIPAL SITO NA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CASCAIS - S. DOMINGOS DE RANA - CEDÊNCIA E APROVAÇÃO DA MINUTA DE AUTO DE CEDÊNCIA.

Aprovada por unanimidade.

COLETIVIDADES:

16. APOIO À AMAG-ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ALTO DOS GAIOS.

Aprovada por unanimidade.

ASSUNTOS JURÍDICOS:

17. PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADO AO TRABALHADOR EURICO BRUNO VEGAR ALMEIDA.

A votação da proposta foi adiada.

18. ANULAÇÃO DE REMANESCENTE DE PRD.

Aprovada por unanimidade.

19. PROCESSO DE INQUÉRITO A NOTÍCIAS DO JORNAL "PÚBLICO" SOBRE A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE COLECIONADORES DE ARMAS.

Aprovada com 1 abstenção da Sr^a. Vereadora Maria Teresa Gago do PS, que efetuou declaração de voto.

RECURSOS HUMANOS:

20. CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, POR AJUSTE DIRETO, PARA A MONITORAGEM DE TRÊS AÇÕES DE FORMAÇÃO.

Aprovada por unanimidade, não estando presente na sala, no momento da votação, o Sr. Presidente da Câmara.

ATIVIDADES ECONÓMICAS:

21. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO CONCELHO DE CASCAIS (AECC).

Aprovada com 1 abstenção da Sr^a. Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

JUVENTUDE E CONHECIMENTO:

22. ATRIBUIÇÃO DE APOIO NO ÂMBITO DO PROTOCOLO TROCATIVA.

Aprovada por unanimidade.

AMBIENTE:

23. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE PODAS DE ÁRVORES NO CONCELHO DE CASCAIS - RENOVAÇÃO DO CONTRATO - PARECER PRÉVIO.

Aprovada com 1 abstenção da Sr^a. Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

CULTURA:

24. DOAÇÃO DE ARTEFACTOS ETNOGRÁFICOS AO MUSEU DO MAR REI D. CARLOS.

Aprovada por unanimidade.

25. APOIO AO JOANA GRUPO DE TEATRO NO ÂMBITO DA DINAMIZAÇÃO DOS JARDINS DO CONCELHO NOS MESES DE VERÃO €5 000,00.

Aprovada por unanimidade.

26. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO DESTREZA CINZENTA PARA A APRESENTAÇÃO DAS PEÇAS SONHO DE UMA NOITE DE VERÃO E AS MURALHAS DE ELSNORE €21.018,00.

Aprovada por unanimidade.

EDUCAÇÃO:

27. ABERTURA DE SALA DE MULTIDEFICIÊNCIA NO 2º E 3º CICLO NO AGRUPAMENTO S. JOÃO DO ESTORIL.

Aprovada por unanimidade.

28. APOIO FINANCEIRO ÀS LUDOTECAS PARA AQUISIÇÃO LÚDICO-PEDAGÓGICO.

Aprovada por unanimidade.

29. APOIO À ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA.

Aprovada por unanimidade.

30. APOIO ÀS ESCOLAS PARTICIPANTES NO PROGRAMA ECO-ESCOLAS.

Aprovada por unanimidade.

31. ACORDO DE PARCERIA PROGRAMA COMPONENTE DE ANIMAÇÃO SOCIO EDUCATIVA PARA O PRÉ-ESCOLAR; E ACORDO DE COLABORAÇÃO PROGRAMA ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO.

Aprovada por unanimidade.

32. APOIO A PROJECTOS-INICIATIVAS EDUCATIVAS AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CASCAIS - 2012-13.

Aprovada por unanimidade.

DESPORTO:

33. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O GRUPO DESPORTIVO DA MALVEIRA DA SERRA - FINANCIAMENTO DE € 1.500,00.

Aprovada por unanimidade.

DESENVOLVIMENTO SÓCIO TERRITORIAL:

34. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO UM SÓ TECTO - € 7.500,00.

Aprovada por unanimidade.

35. APOIO SEMESTRAL (2º SEMESTRE) À SANTA CASA MISERICÓRDIA DE CASCAIS PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE CONVÍVIO DA ABÓBODA, E REGULARIZAÇÃO DE VALOR DO APOIO RESPEITANTE A 2011 - €10.650,00.

Aprovada por unanimidade.

36. APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO JERÓNIMO USERA (AJU) PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO RECRIAR E CONSULTAS DE PSICOLOGIA - €16 030,00.

Aprovada por unanimidade.

37. ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO CRID (CENTRO DE INTEGRAÇÃO E REABILITAÇÃO DE DEFICIENTES) PARA CONTINUIDADE DO PROJETO "PARTILHA'ARTES" - € 6 791,00.

Aprovada por unanimidade.

38. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASCAIS E AO CENTRO COMUNITÁRIO DA PARÓQUIA DE CARCAVELOS PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO DOS CENTROS DE DIA - "ESPAÇOS SENIORES" - € 18 600,00.

Aprovada por unanimidade.

39. ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO FUNCIONAMENTO DA CRECHE DO CENTRO COMUNITÁRIO DA PARÓQUIA DE CARCAVELOS NO VALOR DE € 30 287,00.

Aprovada por unanimidade.

40. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA O PÓLO COMUNITÁRIO DA CRUZ VERMELHA (CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA RUA DA ALEMANHA).

Aprovada por unanimidade.

41. APOIO AO CLUBE GAIVOTAS DA TORRE-ASSOCIAÇÃO JUVENIL, PARA ATENDIMENTO NO POLO SOCIAL DE CASCAIS.

Aprovada por unanimidade.

42. PROGRAMA APOIO ALIMENTAR - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AOS PARCEIROS SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASCAIS E FUNDAÇÃO "O SÉCULO" - € 133.368,00.

Aprovada por unanimidade.

43. ATRIBUIÇÃO DE APOIO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA "CASCAIS EM FÉRIAS" REFERENTE À 2ª TRANCHE DO PROGRAMA - € 17 644,00.

Aprovada por unanimidade.

44. ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO FUNCIONAMENTO DA CRECHE DA PAMPILHEIRA/CASCAIS NO VALOR DE € 51 468,00.

Aprovada por unanimidade.

45. ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO FUNCIONAMENTO DA CRECHE "CENTRO DE APOIO À FAMÍLIA - EDUCAR PARA INCLUIR" GERIDA PELA HORIZONTE, COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E DE ENSINO, CRL, NO VALOR DE € 34 758, 00.

Aprovada por unanimidade.

46. APOIO FINANCEIRO A DIVERSAS ONL DO CONCELHO COM RESPOSTA DE CENTRO DE DIA PARA AQUISIÇÃO BENS MOVEIS - € 17 680,00.

Aprovada por unanimidade.

47. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FUNDAÇÃO O SÉCULO PARA DINAMIZAÇÃO DO PROJETO EDUCA. GZ.

Aprovada por unanimidade.

48. APOIO FINANCEIROS A DIVERSAS ONL DO CONCELHO, PARA AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS DE APOIO ÀS RESPOSTAS SOCIAIS SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (SAD) - € 33 768,00.

Aprovada por unanimidade.

49. PROPOSTA DE NOVO PROTOCOLO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ADAPTADO - € 340 918,30.

Aprovada por unanimidade.

50. ATRIBUIR APOIO À ASSOCIAÇÃO TORRE 404 PARA O PROJETO EDUCA.PT. PRETENDE-SE MELHORAR O PERCURSO E SUCESSO ESCOLAR DE JOVENS ENTRE OS 10 E OS 16 ANOS, RESIDENTES NO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIO DA TORRE, INTEGRADOS NAS ESCOLAS ANTÓNIO PEREIRA COUTINHO E CIDADELA, E MELHORAR O DESEMPENHO DOS PAIS, CUJOS FILHOS TÊM COMPORTAMENTOS DESADEQUADOS.

Aprovada por unanimidade.

51. ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL -CADIN, PARA SUSTENTABILIDADE DA BOLSA SOCIAL - 2ª TRANCHE - € 50 000,00.

Aprovada por unanimidade.

52. APOIO À COLOCAÇÃO DE CONTADORES PARA OS AGREGADOS COM CARÊNCIA ECONÓMICA QUE ESTÃO A SER ALVO DE REALOJAMENTO, NO BAIRRO DA CRUZ VERMELHA, NO ÂMBITO DOS 60 FOGOS.

Aprovada por unanimidade.

53. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO MIMAR PARA FUNCIONAMENTO DA CASA MIMAR-CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORARIO DE MENORES EM RISCO € 56 445,20.

Aprovada por unanimidade.

COMUNICAÇÃO:

54. ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO CLUBE NAVAL DE CASCAIS NO ÂMBITO DA PROVA DRAGON WINTER SERIES.

Aprovada com 1 abstenção da Sr^a. Vereadora Maria Teresa Gago do PS.

55. CONTRATO-PROGRAMA COM AGÊNCIA DNA CASCAIS PARA PROGRAMA DE ANIMAÇÃO E PROMOÇÃO DOS CUC'S NA ÉPOCA DE NATAL.

Aprovada com 1 abstenção da Sr^a. Vereadora Maria Teresa Gago do PS, não tendo participado na discussão e votação o Sr. Vereador Nuno Piteira Lopes.

AGENDA XXI:

56. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2011- PROJETO 1 - ACESSO PEDONAL AO CASCAISHOPPING. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO:

Aprovada por unanimidade.

57. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ANÁLISE E REDEFINIÇÃO DOS PROCESSOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO.

Aprovado por maioria, com 1 voto contra da Sr^a. Vereador Maria Teresa Gago do PS.

REQUALIFICAÇÃO URBANA:

58. PROCESSO N.º 783/2012 - ALTERAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1454, DENOMINADO Bº CABEÇO DE MOURO F - AGUARELA, EM NOME DE EVARISTO DOMINGUES E OUTRA, LOCALIZADO NA FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA.

Aprovada por unanimidade.

PROTEÇÃO CIVIL:

59. CONTRATO DE FINANCIAMENTO ENTRE A ESTRUTURA DE MISSÃO PARA A GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS DA PAREDE "AMADEU DUARTE" CELEBRADO EM 27 DE FEVEREIRO DE 2012.

Aprovada por unanimidade.

60. FORNECIMENTO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO GABINETE TÉCNICO FLORESTAL; TAREFAS DE PLANEAMENTO, TAREFAS OPERACIONAIS E ELABORAÇÃO DE CANDIDATURAS DE APOIO AO INVESTIMENTO.

Aprovada por unanimidade.

61. CONTRATO-PROGRAMA PARA CONTRATAÇÃO DE SAPADORES FLORESTAIS - SPC/GTEF.

A votação da proposta foi adiada.

DIVERSOS:

62. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA E O MUNICÍPIO DE CASCAIS-RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 140-2012.

Aprovado por maioria, com 1 voto contra da Sr^a. Vereador Maria Teresa Gago do PS.

INFORMAÇÕES:

63. COMUNICADO - AGÊNCIA LUSA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

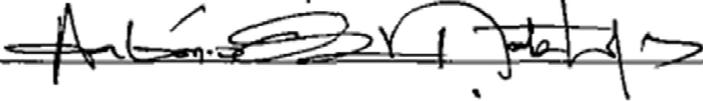
64. MUNICÍPIOS DISTINGUIDOS POR BOAS PRÁTICAS DE POLÍTICA FAMILIAR.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

65. COMUNICADOS AOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Às 12 horas e 22 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião

Eu,  a subscrevi.

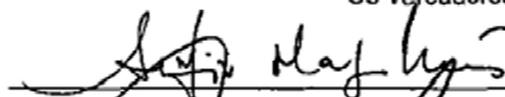
O Presidente

CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS

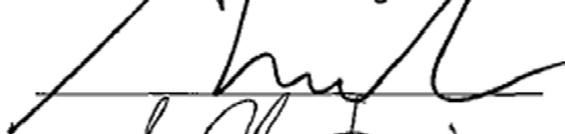


Os Vereadores

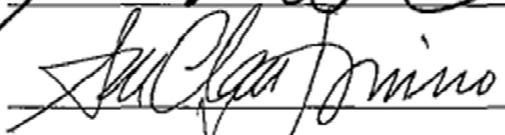
ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES



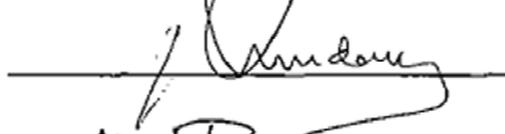
MIGUEL PINTO LUZ



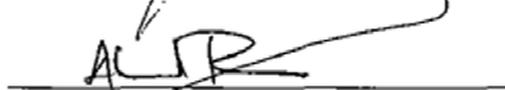
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO



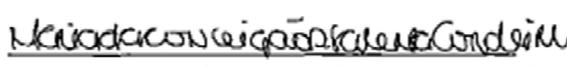
PEDRO ARANTES LOPES MENDONÇA



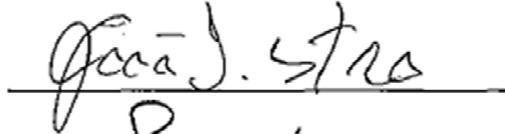
ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA



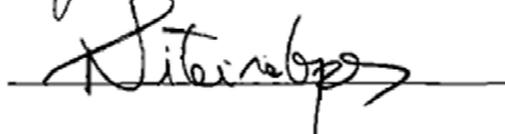
MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO



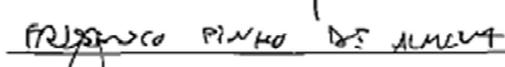
JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO



NUNO FRANCISCO PITEIRA LOPES



FREDERICO MANUEL PINHO DE ALMEIDA



MARIA TERESA FERES DOMINGUEZ R. GAGO

